

Algumas considerações sobre a Nova República da década de 1980, no Brasil.

Prof. Dr. Luiz Miguel do Nascimento.DHI/UEM

Esta comunicação tem como objetivo fazer algumas considerações sobre a chamada Nova República brasileira iniciada em 1985 com a eleição de Tancredo Neves para a presidente da República. Com base em uma análise bibliográfica pretendemos defender a ideia de que uma das causas do fracasso do primeiro governo civil após o fim do regime militar está relacionada às características de uma transição política negociada entre uma parcela dos políticos que davam apoio ao regime militar e um grupo de políticos moderados e conservadores que estavam na oposição. Na mesma direção, acreditamos que a falta de uma sólida base parlamentar de apoio a José Sarney que assumiu a Presidência da República após a morte de Tancredo Neves também ajuda a entender o fracasso do seu governo. Acrescente-se que por ter dado apoio aos militares o presidente não tinha a necessária legitimidade ou credibilidade política para conduzir o primeiro governo que sucedeu à ditadura civil militar.

Palavras-chave. Brasil; Nova República; governo Sarney.

Em termos de documentação a comunicação está baseada na bibliografia que estudou o processo de redemocratização do Brasil na década de 1980, principalmente a chamada Nova República e o fracasso do primeiro governo civil após o fim da ditadura civil militar em 1985. Assim, para perscrutar essas obras nos inspiramos nas contribuições metodológicas da análise textual ou de conteúdo. Esse método parte do pressuposto de que todo documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. No desempenho desta tarefa o historiador deve atentar para a forma como se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação ou de ideias (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 375-399).

De outra parte, a reflexão sobre o campo político será feita com base nas contribuições teóricas e metodológicas da Nova História Política que, além de ter abandonado a narrativa meramente factual dos acontecimentos e das ações dos chamados grandes homens, parte do pressuposto de que o político não é uma instância ou um domínio entre outros da realidade, ele é o lugar onde se articulam o

social e sua representação, a matriz simbólica onde as experiências coletivas se enraízam e se refletem ao mesmo tempo (ROSANVALLON,1995, p. 11-12). Ou como diria René Rémond (1996, 442-445): “a história política exige ser inscrita numa perspectiva global em que o político é um ponto de condensação.” Em outras palavras, o político é a coisa mais concreta com que todos nós nos deparamos na vida, algo que interfere tanto na nossa atividade profissional quanto na nossa vida privada. A propósito, Jacques Julliard (1988, p. 180-196) chega a indagar se é possível existir uma inteligibilidade da história fora da referência ao universo político. Desse modo, mais do que uma dimensão relativamente autônoma da realidade a política é um lugar privilegiado para se analisar muitos aspectos da vida em sociedade. Esses são, portanto, alguns dos pressupostos que orientaram a nossa reflexão sobre o tema.

Ao iniciarmos esta comunicação sobre a Chamada Nova República devemos lembrar que a ditadura civil militar foi implantada no Brasil em 1964 e durou até 1985 quando os civis assumiram o poder novamente. Ainda em 1965 foi instituído o bipartidarismo no país, com a criação da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), o partido que iria dar sustentação política ao regime; no mesmo ano foi criado o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), o único partido político de oposição permitido pela ditadura. Entretanto, como boa parte dos estudos de ciência política tem destacado, a partir de meados da década de 70 começou a existir uma oposição consistente dos setores mais pobres da população do país ao regime militar, principalmente nos grandes centros urbanos (LAMOUNIER, 1980).

Vale destacar que ainda no governo do general Garrastazu Médici, o crescimento econômico acelerado dos anos de 1968 a 1973, que ficou conhecido como “Milagre Brasileiro”, começou a se esgotar. Tal fato foi evidenciado pelo impacto da primeira crise internacional do petróleo de 1973 que provocou recessão nos países industrializados, fortes flutuações de preços nos mercados internacionais de *commodities* e matérias primas (MOURA, 1990, p. 37). Naquele contexto histórico, a crise econômica se aprofundou durante o governo do general Ernesto Geisel, iniciado em 1974. Com a crise, “o país torna-se mais vulnerável às conjunturas internacionais e, nessas condições, começam a se manifestar os descontentamentos dos setores da população mais prejudicados pelo modelo” de desenvolvimento adotado pelos governos militares. Esse processo se manifestou de

forma mais explícita pela primeira vez com a grande vitória do MDB na eleição legislativa de 1974. O partido conquistou a maioria das cadeiras das Assembleias Legislativas de dezesseis Estados e ampliou o número de parlamentares no Congresso Nacional de 94 para 185 (CARMO, 1996, p. 102-103). O resultado daquela disputa política deixou claro que a oposição consentida pelo regime começava a trilhar um caminho não esperado pelos seus estrategistas. Ao invés de cumprir apenas um papel formal, ela passara a expressar o descontentamento das camadas populares com o fracasso dos governos militares, particularmente no tocante à distribuição de renda.

Em face disso, em 1979, numa tentativa de dividir e enfraquecer a oposição, a ditadura civil militar reeditou o pluripartidarismo.¹ No entanto, contrariando as expectativas do governo, essa medida parece que fortaleceu ainda mais os movimentos sociais e políticos que lhe faziam oposição. Pensamos que o mesmo aconteceu com a volta das eleições diretas para os governadores de Estado em 1982, a qual, ao que tudo indica, só fez aumentar o clamor pela redemocratização do país. Um exemplo disso é o movimento pelas Diretas-Já que foi a maior mobilização de massa, em volume e extensão, da história política do Brasil que atingiu seu auge em 1984. O objetivo do movimento era conquistar a aprovação da emenda constitucional do deputado federal Dante de Oliveira que propunha eleição direta para presidente da República em 1985. Mesmo contando com o apoio das principais lideranças políticas da oposição, o apoio do movimento operário, de outros movimentos sociais, dos estudantes, além da participação de muitos artistas e intelectuais, a emenda foi derrotada pelo Congresso Nacional em abril de 1984 (TOSI, 1995, p. 163-168). Com isso, só restou a opção da eleição indireta, via Colégio eleitoral.

Não se pode esquecer, todavia, que o movimento pelas Diretas Já contribuiu para por fim à ditadura civil militar e, sobre tudo, ajudou a derrotar o candidato do governo no Colégio Eleitoral.² Como argumenta Ricardo Noblat (1990, p. 36-38), sem o povo nas ruas Tancredo Neves, do PMDB, teria perdido a eleição para Paulo Maluf. Foi o receio de votar contra o desejo do povo que levou os dissidentes do PDS a votarem nele. Tancredo teve como vice José Sarney que havia saído há pouco tempo do PDS, partido que passara a dar sustentação política ao regime militar após a reforma partidária de 1979. Esse processo de redemocratização do país, com a eleição do primeiro governo civil após 25 anos, recebeu o nome de

“Nova República”. Na verdade, apesar dos anseios da população por mudanças profundas, essa transição foi feita sob a égide de um acordo político conservador, que na essência mascarava o continuísmo das estruturas políticas de mando, sob a capa de um verniz democrático. Como argumenta Francisco Carlos Teixeira (2003), essa negociação tinha como objetivo viabilizar uma transição que não escapasse ao controle das elites política do agonizante regime militar. Como parte do acordo, uma parcela dos políticos do PDS votaria em Tancredo Neves, candidato do PMDB, contando que José Sarney fosse o seu candidato a vice-presidente, e alguns dos principais políticos do PDS fossem indicados para futuros ministérios. Observe-se que nessa negociação Sarney deixou o PDS e ingressou no PMDB.

Naquele contexto, os dissidentes do partido do governo criaram a Frente Liberal, PFL, a qual juntamente com o PMDB formaram a Aliança Democrática para dar sustentação ao processo de redemocratização. A Aliança não implicou em revisão de ideias, não obrigou ninguém a se converter a novos credos, e não dispunha de uma ideologia. Alguns analistas entendem que a Aliança Democrática foi fruto do fracasso do movimento popular pelas Diretas-Já e implicou a absorção de quadros, de interesses e de práticas do antigo regime em proporção inusitada em casos semelhantes. Assim, “o pacto que deu origem à Aliança Democrática permitiu a mudança de governo e proporcionou medidas importantes de liberalização, mas não estabeleceu uma estratégia clara de construção da democracia nem definiu o quadro institucional necessário para a consolidação do novo regime.” Na verdade a Aliança Democrática não só garantiu a coexistência entre opositores e representantes do regime, como preservou a capacidade de influência das forças armadas. Com isso, o pacto político que deu início à transição esgotou-se sem estabelecer uma transformação da ordem sócio-econômica e sem consolidar novas instituições democráticas (A TRANSIÇÃO, 1988, p. 103-109).

Nessa composição feita para a sucessão do presidente Figueiredo, o último general da ditadura civil militar que governou o Brasil, quem mandaria no governo seria Tancredo Neves e o Chamado PMDB histórico. Pelo acordo os dissidentes do PDS teriam espaço na administração, mas exerceriam um papel secundário. Já em fevereiro de 1986, no entanto, Fernando Henrique Cardoso dizia que quem era apêndice no núcleo de decisões do governo era o PMDB. Na opinião do senador, quem mandava era “a ala moderada do Exército com a ala liberal do antigo regime e com um grupo de amigos do presidente.” Na mesma época ele afirmava que a

“Nova República” só existia em Brasília. E mais, na sua opinião, ela era a mesma velha República do Passado. Na verdade, Tancredo e Sarney jamais tiveram um programa de governo – “seja porque não era conveniente ter, seja porque não se preocuparam com isso. Foram eleitos com a obrigação de respeitar uma vaga e genérica carta de princípios que ganhou o pomposo título de ‘Compromisso com a Nação’” (NOBLAT, 1990, p. 48-49).

Como se sabe, Tancredo Neves, um político moderado e conciliador,³ se transformara na principal liderança política do país nesse processo de transição negociada com os representantes dos militares. Além disso, ele passara a desfrutar de um prestígio junto à opinião pública, mas foi acometido por uma grave doença e acabou morrendo antes de tomar posse no cargo. Por esta razão, o seu vice, José Sarney, assumiu a Presidência da República sem ter o mesmo prestígio político de Tancredo para o exercício do cargo. Um exemplo do que estamos dizendo é que Sarney só conseguiu montar um ministério próprio após um ano de mandato (NOBLAT, 1990, p. 44). Até então, tivera que conviver com os escolhidos pelo falecido presidente. Lembre-se também que Sarney deu apoio e se beneficiou dos vinte e um anos da ditadura civil militar. Ele condenou a moratória da dívida externa que o PMDB pregou em 1982; fez oposição intransigente às Diretas-já. Para a sucessão de Figueiredo, Sarney estava disposto a ser candidato à vice de Aureliano Chaves, Mário Andreazza e, em certo momento, até mesmo de Paulo Maluf. Tancredo não o queria como companheiro de chapa, e ele quase renunciou à vice presidente quando o PMDB gaúcho o vetou pela voz de Pedro Simon, sob o argumento de que era corrupto (NOBLAT, 1990, p. 89-90).

Assim, José Sarney não era o político mais indicado para assumir o primeiro governo civil após a ditadura civil-militar. Faltava-lhe não apenas a legitimidade adquirida pelo voto popular, ou mesmo a legitimidade de Tancredo que havia liderado a transição negociada, mas também uma sólida sustentação partidária. Haja vista que por ser novato no PMDB o presidente não tinha o apoio necessário do partido que deveria lhe dar sustentação. Em face disso, Sarney tentou construir uma base político-parlamentar por sobre os partidos, buscando diminuir o peso político do PMDB e de seu principal líder, Ulisses Guimarães. Com isso, tratou de ampliar o espaço do PFL no governo e de se aliar à ala conservadora e fisiológica do PMDB para isolar os setores do partido que tinham uma posição mais crítica ao seu governo. Por isso que, em certa medida, era correto dizer que o PMDB não

assumia ser governo, em função da sua condição ambígua de estar no governo e ao mesmo tempo fora dele (KINZO, 1990, p. 115).

Essa incapacidade do governo e das lideranças políticas da “Nova República” para tomar decisões se agravou ainda mais em face dos problemas que precisavam ser resolvidos. Na economia, a principal meta era acabar com a inflação que atingira 225,5% em 1985. Com esse intuito o governo pôs em prática uma série de medidas econômicas, cujo Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986, foi a principal delas. Criou-se uma nova moeda, o cruzado, com corte de três zeros, em substituição ao cruzeiro. O seu valor foi mantido artificialmente com o congelamento dos preços dos produtos e dos salários durante quase nove meses. Como alguns estudiosos dessa questão tem apontado, o governo pretendia garantir o desempenho eleitoral, em 1986, dos partidos que supostamente lhes davam apoio, particularmente o PMDB, que se apresentava como promotor do plano. Com a ajuda momentânea do plano econômico o partido de Ulisses Guimarães e do Presidente José Sarney conquistou 22 dos 23 governos estaduais, a maioria nas assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, o qual iria elaborar a nova constituição em 1988. Passada a eleição, o Plano Cruzado foi implodido pelo governo. Em fevereiro de 1987, com a liberalização dos preços, reacendeu-se a inflação, provocando queda dos salários reais, diminuição das atividades econômicas e crises financeiras em diversos setores. No final do governo Sarney, a inflação estava em 80% ao mês (CARMO, 1996, p. 110-112). Dessa forma, o principal programa de estabilização econômica do Brasil na década de 1980 terminou de maneira melancólica. Como argumenta Noblat (1990, p. 8), faltou vontade política a Sarney para controlar a Inflação.

O Plano Cruzado havia dado uma grande popularidade ao presidente, mas na medida em que ele fracassou, José Sarney voltou a perder quase toda a credibilidade adquirida perante a opinião pública. Com isso, ao desapontamento econômico acrescentou-se uma grave crise de confiança que acabou vitimando não apenas a momentânea popularidade de Sarney mas também a popularidade dos partidos políticos, principalmente o PMDB, seu partido, que supostamente lhe dava sustentação. Para alguns analistas desse processo, esse fato teve reflexos no funcionamento do Congresso Constituinte, nas eleições municipais de 1988 e na eleição presidencial de 1989 (LAMOUNIER, 1990, p. 17).

Lembre-se que nos anos 80 ocorreu um aumento da participação política da população em uma década de baixo crescimento econômico. Lamounier (1990, p. 15) argumenta que o potencial de conflitos sociais aumentou significativamente em um momento em que diminuía a capacidade dos sistemas econômico e político para acomodar essas tensões. A taxa de crescimento anual do PIB, por exemplo, baixou de um patamar de 7 a 8%, nos anos 70, para uma média ligeiramente superior a 2% nos anos 80, mal compensando o crescimento da população.⁴ Esse descompasso entre os recursos e o potencial de conflitos se refletiu no aumento da inflação. Para piorar, aumentou o processo de urbanização em um cenário em que declinava a capacidade de absorção representada pelo crescimento econômico. Com isso, houve um aumento da participação política, visto que grupos sociais, cada vez mais amplos, trataram de proteger-se contra a deterioração de sua posição relativa na sociedade. No plano político, por exemplo, a participação pode ser mensurada no fato de que de 16 milhões de eleitores (22% da população total) em 1960, passamos para 82 milhões em 1989 (55% da população total), dos quais 72 milhões votaram em 17 de dezembro de 1989.

Naquele contexto, para piorar a situação, após o fracasso do Plano Cruzado o presidente José Sarney passou a concentrar todos os seus esforços para conseguir um mandato de pelo menos cinco anos. Com esse intuito, ele fez de tudo para derrubar a proposta parlamentarista no Congresso Nacional (Souza, 1990, p. 94). Frise-se que a Assembleia Nacional Constituinte eleita em 1986, iniciou os seus trabalhos em 1987; a partir de então, a única preocupação de Sarney era garantir um mandato de 5 anos e impedir a adoção do parlamentarismo como sistema de governo. Vale lembrar que, na época, as pesquisas de opinião pública apontavam que a sociedade desejava apenas quatro anos de mandato para Sarney. Mesmo assim ele fez o que pôde para conseguir o que queria: fustigou a Constituinte em pronunciamentos públicos, ameaçou com o risco da interrupção do processo democrático, distribuiu verbas, emissoras de rádio e televisão para senadores e deputados e apelou para os ministros militares. Assim, na medida em que Sarney percebeu que estava sem o devido apoio político fez a opção pelos urutus do Ministro do Exército. A intervenção do General Leônidas Pires Gonçalves no debate sobre a elaboração da Constituição decorreu da mudança no comportamento de Sarney depois do fracasso do Plano Cruzado. A partir de então ele abandonou o compromisso de presidir a transição do estado autoritário para o estado

democrático, prometido na campanha das Diretas-já, e, depois, na campanha para a eleição de Tancredo Neves. Após ter rompido com o sistema autoritário para viabilizar a eleição de Tancredo, Sarney estava se reconciliando novamente com parte de um passado de pouco ou de nenhum respeito com a democracia. Ele “não resistiu à tentação de se esconder atrás de um general” (NOBLAT, 1990, p. 99-104).

Essa questão da duração do mandato de Sarney, portanto, foi um dos problemas da “Nova República” que acentuou a redução da sua capacidade decisória. Com a morte de Tancredo esse fato adquiriu maior relevo. Relembre-se que José Sarney era oriundo dos partidos governistas do regime militar e “sua escolha para vice de Tancredo havia sido um lance na estratégia de contemporização com os remanescentes do sistema anterior” e uma estratégia de Tancredo para assegurar uma maioria de votos no Colégio Eleitoral. Como a duração do mandato de Tancredo não fora objeto de nenhum acordo implementável, a “Nova República” começou com a duração do mandato presidencial em aberto, ou ambigualmente definido se se levar em conta as coordenadas jurídicas e políticas. Com o colapso do Plano Cruzado e a debilidade da Presidência Sarney configurou-se o impasse. Nem o presidente tinha autoridade para evitar o agravamento da crise econômica nem a oposição dispunha de meios constitucionais para contornar a situação. Utilizando a pressão do executivo Sarney conseguiu votos suficientes no Congresso Constituinte para aprovar um mandato de cinco anos e impedir a aprovação do parlamentarismo. Essa vitória, todavia, apenas prolongou o declínio de seu governo e a redução da capacidade decisório do sistema político. A falta de prestígio político de Sarney pode ser evidenciada se lembrarmos que os vinte e dois candidatos à Presidência da República de 1989, de alguma forma, se proclamavam em oposição ao governo Sarney (LAMOUNIER, 1990, p. 22-23).

Apesar, todavia, de Sarney ter utilizado as forças armadas para chantagear a Constituinte, é preciso dizer que durante o seu governo correram alguns avanços no plano institucional. Por exemplo, foi garantida a liberdade plena para a formação dos partidos políticos, incluindo os partidos comunistas; foi reconhecida as centrais sindicais e houve o retorno das eleições diretas para as capitais e os municípios considerados de interesse da segurança nacional. Da mesma forma, também foi elaborada uma nova constituição em 1988. Como argumenta Sônia Irene do Carmo, ela trouxe importantes mudanças em relação às constituições anteriores: houve o reconhecimento não apenas dos direitos individuais mas também das coletividades;

foram ampliados os direitos sociais e trabalhistas, inclusive com a garantia do direito de greve. A Constituição garantiu a liberdade de imprensa, qualificou como crime inafiançável a tortura de presos, condenou o racismo ou qualquer manifestação racista e ampliou o direito de voto aos analfabetos e aos jovens com mais de dezesseis anos. Além disso, ela introduziu o princípio da democracia participativa, possibilitando a apresentação de projetos de lei por parte da população e criou o plebiscito e o referendo popular em todos os níveis governamentais. Entre outras medidas, o texto constitucional também estabeleceu o escrutínio em dois turnos, quando nenhum dos candidatos aos executivos – federal, estadual e municipal das capitais – não obtivessem a maioria absoluta dos votos. Apesar dos avanços trazidos por essa nova Carta Magna, como a maior parte dos seus itens institucionais não foi regulamentada, muitos dos direitos conquistados na lei permaneceram “letra morta” (CARMO, 1996, p. 110-113).

Isto posto, à guisa de conclusão, gostaríamos de destacar um resumo de algumas interpretações dos estudiosos sobre a transição política brasileira e a “Nova República” iniciada em 1985. Em geral concorda-se que nos anos 80 ocorreu uma combinação de circunstâncias excepcionalmente adversas com uma incapacidade das forças políticas em escolher e fixar um rumo capaz de superá-las. Em outras palavras, ocorreu uma paralisia decisória justamente quando escolhas fundamentais se tornaram imperativas. Para alguns analistas, a causa mais abrangente dessa incapacidade macrosocial de tomar decisões estava relacionada com uma virtual anulação do setor público como agente propulsor do crescimento econômico. Naquele contexto, o Estado passava por uma crise fiscal, estava pressionado pelos encargos do endividamento externo e interno e por crescentes pressões redistributivas. Com isso, ele não conseguiu desempenhar, nos anos 80, o papel de indutor do desenvolvimento que o caracterizou desde os anos 30. Era o fim de todo um ciclo de desenvolvimento (LAMOUNIER, 1990, p. 19-20).

Deve ser dito que essa perda da capacidade decisória entre as forças políticas também estava relacionada a uma dispersão mais equilibrada do poder entre setores amplamente conflitantes. A transição política brasileira se desenvolveu no quadro de uma disputa regulada, em que o acordo de elite não foi além do mínimo necessário à sustentação do marco institucional dessa disputa. Foi uma abertura regulada pelo calendário eleitoral, e não uma “transição transada” a que se referiram os setores políticos insatisfeitos com o ritmo e o escopo inicial das

mudanças. O pouco que havia de acerto ou pacto substantivo, na linha do acordo de elites, desapareceu com a morte de Tancredo Neves em 21 de abril de 1985. Passamos, portanto, da abertura gradual e controlada do governo Geisel entre 1974 e 1979 para uma situação de virtual ingovernabilidade no decorrer da “Nova República.” A passagem do governo do General João Batista Figueiredo para José Sarney foi um período em que nem os remanescentes do agonizante regime militar, nem as lideranças da “Nova República” conseguiram organizar um sistema de poder com real capacidade decisória. Tal dispersão de poder também foi impulsionada pela completa desregulamentação do processo de formação de partidos pela emenda constitucional n. 25 de 1985, “reforçada pela convocação de eleições diretas para as prefeituras das capitais, em novembro daquele ano” (LAMOUNIER, 1990, p. 20-21).

Desse modo, podemos dizer que após a segunda metade da década de 1980, em linhas gerais, a chamada grande política no Brasil viveu em compasso de espera; espera pela nova Constituição que foi promulgada em 1988, espera pelo fim do mandato do presidente José Sarney, aliás, muito aguardado pela esmagadora maioria da população, e à espera pela tão sonhada eleição direta para presidente da República em 1989, a primeira a ser realizada após 1960. Como lembra Muszynski (1990, p. 22-23), o discurso de superação do regime civil militar associava o advento da democracia à implementação de medidas de impacto, capazes de sanar, em um curto espaço de tempo, os graves problemas econômicos da maioria da população. O Plano Cruzado, que prometia concretizar a aliança entre mudança econômica e política, levou as expectativas ao auge. Mas a decepção que logo se seguiu contribuiu para reavivar a imagem de inoperância dos governantes e das instituições públicas e para acentuar a hostilidade da população contra eles, os culpados pelo sofrimento do povo. Mais uma vez a esperança se transferiu para a futura sucessão presidencial.

Assim, quer nos parecer que a maioria das análises sobre as causas do fracasso do primeiro governo civil do país após o fim da ditadura civil militar concorda que foram as seguidas frustrações no desejo de mudança da população que consumiram o estoque de credibilidade, tanto do governo de José Sarney quanto dos políticos e dos partidos que o sustentaram ou que ficaram associados ao seu governo. Nesse mesmo movimento, o PMDB foi desqualificado como canal de expressão do protesto, e foi esvaziado, ainda no nascedouro, as perspectivas

eleitorais do PFL (SALLUM JUNIOR, Brasílio; GRAEFF, Eduardo P.; LIMA, Elisabeth Gomes de. 1990, p. 78). Essa é uma das razões pelas quais todos os políticos que foram associados ao governo de José Sarney foram reprovados nas urnas na eleição presidencial brasileira de 1989. Na mesma direção, pensamos que a maioria da literatura corrobora a nossa proposição sobre o fato de que esse fracasso do primeiro governo civil está relacionado com as peculiaridades do nosso processo de redemocratização nos anos 80.

Referências

A TRANSIÇÃO política: necessidade e limites da negociação – relatório final. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 4, n. 2, p.100-110, abril/julho. 1988.

CARMO, Sônia Irene Silva do. **A construção da pátria**: o discurso eleitoral pela TV na campanha de 89. 1996. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de Didática e Metodologia de Ensino da Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1996.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de texto. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaio de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORRA, Pierre (org.). **História: novas abordagens**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 180-196.

KINZO, Maria D'alva Gil. O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990. p. 105-134.

LAMOUNIER, Bolívar. O voto em São Paulo, 1970-1978. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) **Voto de desconfiança - eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979**. São Paulo, Ed. Vozes, 1980.

_____. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990. p.13-35.

MOURA, Ribeiro Alkimar. Rumo à entropia: a política econômica, de Geisel a Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990.

MUSZYNSKI, Judith. Cultura política, Democracia e Eleições. In: LAMOUNIER, Bolívar, et all. **Cem anos de eleições presidenciais**. São Paulo: IDESP, 1990. p.17-24.

NOBLAT, Ricardo. **Céu dos favoritos: O Brasil de Sarney a Collor.** Rio de Janeiro: Rio fundo Ed., 1990.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René, (org.). **Por Uma história política.** RJ.: Ed., UFRJ/ Fundação Getulio Vargas. 1996.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH/Editora Contexto, v.15, n.30, p.9-22. 1995.

SALLUM JUNIOR, Brasílio; GRAEFF, Eduardo P.; LIMA, Elisabeth Gomes de. Eleições presidenciais e crise do sistema partidário. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.20, p.69-87, maio. 1990.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 4). p. 243-282.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. A feitura da nova constituição: um reexame da cultura política brasileira. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição.** São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990.

TOSI, Alberto. A massa na praça: mobilização e conflito na campanha das “Diretas Já”. **Revista Comunicação & Política**, Rio de Janeiro: Ed. Cebela, v.1, n.3, p.163-178, abril/julho. 1995.

¹ Com essa medida, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) se transformou em PDS (Partido Democrático Social); surgiram o PP (Partido Popular), o PDT (Partido Democrático Trabalhista), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PT (Partido dos Trabalhadores), e o MDB acrescentou um P à sua sigla, e se tornou PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

² O Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves era composto pelos senadores “biônicos” impostos pelo Pacote de Abril de 1977, pelos demais os senadores, por 479 deputados federais e por mais seis deputados estaduais, por cada Estado, indicados pela bancada majoritária de cada Assembleia Legislativa.

³ Para alguns analistas, no entanto, Tancredo Neves era um político conservador, que temeu a campanha pelas ‘diretas já’ e que executaria, como Presidente, uma política econômica ortodoxa. Eleito, empenhou-se para que o presidente Figueiredo fechasse, antes de sua posse, um acordo com o FMI (NOBLAT, 1990, p. 55).

⁴ Segundo Ricardo Noblat, em 1986, 59% da população economicamente ativa do país ganhava entre 0,5 salários e três salários mínimos. “Os que ganhavam acima de 20 salários eram uma minoria de 2,1%”. Na mesma direção, o autor afirma que do total das pessoas que trabalhavam 65% recebiam um ou menos de um salário mínimo, e só 1,4% delas ganhavam mais de 10 salários mínimos (NOBLAT, 1990, p. 163).